



O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS NOVAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA:

a atualidade da perspectiva gramsciana

Albiane Oliveira Gomes¹

RESUMO: O artigo aborda a atualidade da perspectiva revolucionária de matriz gramsciana no contexto da crise do modo de produção capitalista na sua fase contemporânea, em voga desde o terceiro quartel do século XX. Destacam-se as reconfigurações postas pelo novo modelo econômico de acumulação capitalista, o neoliberalismo, pondo-se em relevo seus impactos no campo social e que tem levado a uma profunda degradação da pessoa humana. Evidenciam-se nesse cenário, novas formas de ação política de enfrentamento do processo de exploração imputado à classe trabalhadora. Enfatiza-se o papel da educação no cerne do projeto revolucionário gramsciano e seus desdobramentos no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação, Neoliberalismo, Contra-hegemonia.

ABSTRACT: The article discusses the relevance of the revolutionary matrix Gramscian perspective in the context of the crisis of the capitalist mode of production in its contemporary phase, in vogue since the third quarter of the twentieth century, with new nuances in this century. We highlight the reconfigurations made by the new economic model of capitalist accumulation, neoliberalism, putting into relief its impacts in the social field and that has led to a sharp deterioration in the human person. Show up in this scenario, new forms of political action to confront the exploration process attributed to the working class. It emphasizes the role of education in the core of the Gramscian revolutionary project and its developments in school.

Key words: Education, Neoliberalism, Counter-hegemony.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: albiane11@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva discutir as alternativas contemporâneas de enfrentamento ao processo de degradação humana, inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, o qual se agudizou na primeira década do corrente século em face dos artifícios do grande capital para retomar seu ciclo de superacumulação, com consequências, muitas vezes, inelutáveis à classe destituída e despossuída dos bens materiais produzidos pela força de trabalho coletivo.

Ante um cenário caracterizado por um profundo esvaecer dos aportes teórico-metodológicos clássicos e de novas formas de reprodução do capital, insurgem alternativas anticapitalistas de variadas matizes, com conquistas que certamente têm contribuído na luta contra a exploração e humilhação da classe trabalhadora, mas sem, contudo, conterem um projeto revolucionário que possa demolir “pelos bases” o sistema vigente, aniquilando-o e superando-o mediante a implantação de uma sociedade que promova além da conquista da emancipação política, mediante a garantia de direitos, também a conquista da emancipação humana, no sentido pleno da realização da pessoa humana (MARX, 2010).

Destarte, essa sociedade encontra sua concreticidade no projeto revolucionário socialista, hoje mais do que nunca latente no ideário dos intelectuais que se inquietam e se envergonham² com as condições cada vez mais degradantes porque passa a grande maioria da humanidade, alheia e elienada do usufruto do suor de seu trabalho, haja vista a apropriação privada da produção coletiva, contradição fundamental do modo de produção capitalista.

Desse modo, a máxima marxiana que permeia este breve ensaio é a de que os homens produzem sua história, sim, mesmo que em condições alheias à sua vontade. Nesse contexto, onde você se situa? Em qual movimento, no sentido de atitude diante da realidade, você se encontra? No que busca, no cerne das limitações postas pela classe hegemônica, produzir atitudes que se queiram contra-hegemônicas, ainda que muitas vezes pareçam representar “uma gota no oceano”, ou, no silenciar da ação, atua tão somente no

2 Entendida aqui na acepção marxiana do termo, pois para Marx o ato de envergonha-se das condições de opressão postas pelo capital, por si, já representava uma revolução. Tomando a vergonha como palavra de ordem para explicar a inércia do povo alemão, diz: “a vergonha já é uma revolução [...]. Vergonha é um tipo de ira voltada para dentro. E se toda uma nação realmente tivesse vergonha, ela seria como um leão que se encolhe para dar o bote. Admito que nem a vergonha existe ainda na Alemanha” (MARX, 2010, p. 63-64).



sentido de legitimar a perpetuação do sistema degradador vigente? É sobre questões como estas que refletiremos juntos neste breve ensaio.

Para tanto, trazemos à baila as contribuições de Antonio Gramsci – “revolucionário sem revolução” –, pois as interpretamos por deveras elucidativas à compreensão contemporânea dos problemas postos pelo antagonismo de classes que marcam as sociedades capitalistas na atual fase do imperialismo hegemônico global.

A concepção revolucionária gramsciana, por seu caráter desvelador das contradições do modo de produção capitalista, dada sua natureza contra-hegemônica, apresenta-se ainda mais recorrente como uma estratégia à consolidação das condições ético-político-intelectuais requeridas à passagem ao socialismo.

No tocante à América Latina, particularmente o Brasil, com seus inúmeros problemas sociais crônicos, em face de uma trajetória histórica marcada pelo descaso do Estado no trato com as questões sociais, construir uma práxis de raiz gramsciana certamente nos possibilitará captar as múltiplas determinações dessa complexa realidade, com elementos elucidativos para uma possível intervenção.

Assim, encetamos nosso diálogo pondo em relevo as nuances do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e as consequências de suas crises, além de apresentar, ainda que de forma incipiente, dado o caráter desta produção, novas formas de ação política que surgiram neste início de século, enfatizando a atualidade da perspectiva gramsciana no enfrentamento das sequelas postas pelo capital. E, em seguida, nossas considerações finais.

2 O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS NOVAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA: a atualidade da perspectiva gramsciana

Presenciamos o desenvolvimento do capitalismo na sua fase contemporânea (MENDEL, 1982), iniciada a partir dos anos de 1970, tendo como modelo econômico dominante o neoliberalismo em substituição ao keynesianismo, que conjugado à organização da produção taylorista-fordista alcançou padrões elevados de pleno emprego e inaugurou, do pós-Segunda Guerra à década de 1970³, um período de franca expansão do capital e de conquista de direitos, mediante a consolidação dos Estados de Bem-Estar

³ Em 1973, se deu a primeira grande crise de escala mundial pós-Segunda Guerra, causada pela alta nos preços do petróleo e por um *crash* no mercado imobiliário global.



Social (*Welfare State*) nos países de capitalismo centrais e conformação dos Sistemas de Proteção Social nos países de economia periférica, como o Brasil.

A última década de século XX fora palco de profundas transformações em todas as instâncias da sociedade brasileira, reflexo de alterações no campo político e econômico em escala planetária, com forte incidência no papel do Estado e na gestão das políticas públicas de corte social. O redirecionamento do Estado no campo social decorre das imposições neoliberais às crises estruturais do capitalismo (MÉSZÁROS, 2011), que têm provocado consequências cada vez mais nefastas. Os ajustes econômicos e reformas institucionais postos aos Estados nacionais privilegiaram várias medidas traduzidas na tese do “Estado mínimo”, em substituição ao Estado intervencionista do pós-Segunda Guerra Mundial.

Assim, no Brasil, na década de 1990, o contexto é de Reforma do Estado. A formulação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, com consentimento dos organismos internacionais, no primeiro Governo de FHC, institui o Programa de Publicização, peça-chave da Reforma, que legitimara a proliferação de organizações não-governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas como executores das políticas públicas de corte social, como a educação e a saúde. Com o Programa de Publicização as parcerias público-privada tornam-se a via por excelência para minimizar as ações do Estado no campo social; os denominados espaços públicos não-estatais (PEREIRA; GRAU, 1996) e o terceiro setor (MONTAÑO, 2000) sintetizam as novas configurações da intervenção estatal na área social, arrolados no discurso oficial de ineficiência do Estado na alocação dos serviços sociais básicos.

Apesar de ser uma característica fundante do capitalismo, pois, “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO, 2012), fora durante o século XX que o capitalismo sofreu suas crises⁴ mais profundas, com consequências sempre mais cruéis à classe destituída dos meios de produção. Suas estratégias de superação do atrofimento da circulação de mercadorias têm se mostrado mais complexas e favoráveis à retomada da produção e escoamento do fluxo de capital, com novos meios de incremento de seu exército de reserva, o qual é condição necessária para a reprodução e expansão do capital. Além de ser acessível, socializado e disciplinado, qualidades como ser flexível, dócil, manipulável e

⁴ De 1825 a 2ª Guerra Mundial, o capitalismo fora acometido por 14 crises. Inicialmente, seus impactos eram localizados, sendo que a 1ª, em 1825, envolveu praticamente somente a Inglaterra. Contudo desde meados do século XIX (1848), passaram a ganhar proporção mundial. Em 1929, deu-se a primeira grande crise do século XX, provocada pela superprodução de alimentos, que levou ao *crach* da Bolsa de Nova York.



qualificado quando necessário, são exigidas para que o capital se reproduza (HARVEY, 2011).

A última crise, conhecida como a crise do *subprime*, é considerada a “mãe de todas as crises” (HARVEY, 2011); detonada em 2008, em Wall Street, coração financeiro dos Estados Unidos, em virtude da explosão especulativa imobiliária que acarretou em um *crash* do mercado imobiliário global. Suas consequências se refletiram maciçamente no fechamento de postos de trabalho e na elevação do desemprego nos Estados Unidos e em vários países europeus, tendo sido mais forte na Espanha, Irlanda e Grécia⁵. As medidas adotadas pelos arautos do capital foram a de transferir o ônus da crise para os cofres públicos, com políticas draconianas de austeridade para reduzir a dívida através de corte nos serviços sociais. Essa prática de resgatar os bancos e repassar aos trabalhadores o custo da dívida tem sido uma constante desde a crise dos anos de 1982⁶, que eclodiu em vários países em desenvolvimento motivado por empréstimos junto ao tesouro norte-americano.

Segundo Netto (2012), as crises são funcionais ao modo de produção capitalista e constituem os mecanismos mediante os quais o capital restaura, de maneira cada vez mais sofisticada, as condições propícias à sua recomposição. Meszáros (2011) assevera que todas as tentativas de enfrentamento das crises no decurso do século XX se evidenciaram falaciosas, uma vez que não focaram na ruptura radical como o próprio capitalismo. Corroborando, Harvey (2011) afirma que o capital nunca resolve suas crises, simplesmente as contorna. Acrescente-se, que sempre com prejuízos elevados à classe trabalhadora.

Logo, ante um cenário em que as consequências da exploração capitalista somente acirram o processo de degradação da pessoa humana e as novas formas de ação política de enfrentamento ao capitalismo, como os movimentos das mulheres, dos negros, dos índios, dos homoafetivos, os movimentos das ONG's, e do Movimento dos Sem Terra (MST); apesar de realizadas conquistas relevantes, têm apresentado dificuldades de compor uma força de oposição coesa com programa alternativo coerente para combater os ditames do grande capital (HARVEY, 2011). Segundo Gill (2010) os movimentos progressistas

⁵ A incidência da atual crise capitalista tem se mostrado menos atenuada em países emergentes como a China e países da América Latina com os quais aquele país mantém forte relação comercial, a exemplo do Brasil, Argentina e Chile.

⁶ Esta crise mundial fora detonada pelo escoamento do excesso de liquidez pós-crise de 1973, que foram direcionados aos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, Argentina e México, os quais contraíram empréstimos que não puderam liquidar.



contemporâneos devem ser entendidos no contexto mais amplo de luta por representação política, direitos e igualdades, no seio de lutas de várias gerações contra a colonização e o imperialismo. Isto significa lutar pela quebra dos grilhões mais fundamentais, no sentido da garantia do “direito a ter direitos” (ARENDDT, 1990).

Conforme Harvey (2011), encontramos-nos na busca de uma força revolucionária que possa deter a maré de comportamentos autodestrutivos do capitalismo e apresente alternativas de uma organização social com novas formas de relações políticas, econômicas e sociais. Nesse intento, o projeto revolucionário socialista ainda é a saída possível. A pertinência do marxismo como projeto revolucionário em pleno século XXI é advogada por ilustres estudiosos contemporâneos (MESZÁROS 2009, 2010; HARVEY 2011; HOBBSAWM 1995; NETTO 2012; SAVIANNI, 1991) que o vêem como a única via de superação do sistema do capitalista. Savianni (1991) mostra a relevância do projeto socialista por meio da experiência do “socialismo real” justificando que a sua não efetivação evidencia a sua atualidade como alternativa de organização social. Segundo o autor:

o desmoronamento dos regimes do Leste europeu, em lugar de significar a superação de Marx, constitui, ao contrário, um indicador de sua atualidade. Levando-se em conta que uma filosofia é viva e insuperável enquanto o momento histórico que ele representa não for superado, cabe concluir que se o socialismo tivesse triunfado é que se poderia colocar a questão da superação do marxismo, uma vez que, nesse caso, os problemas que surgiriam seriam de outra ordem. Mas, os fatos o mostram, ele não triunfou. O capitalismo continua sendo ainda a forma social predominante. Portanto, Marx continua sendo não apenas uma referência válida, mas a principal referência para a compreendermos a situação atual (SAVIANNI, 1991, p. 14).

Para Mézáros (2009) há apenas uma saída: socialismo ou barbárie, sendo premente e crucial o sucesso da invertida socialista ainda neste século, pois, “[...] Ou o socialismo se afirma universalmente e de forma a incorporar todas as áreas, inclusive as áreas capitalistas mais desenvolvidas do mundo [os Estados Unidos], ou estará condenado ao fracasso” (MÉSZÁROS, 2009, p. 16). Isto se afirma porque a ofensiva capitalista se mostra a cada crise mais “inteligente” e autodestrutiva, num processo de *transformismo*⁷ cada vez mais sutil.

Nesse contexto, a perspectiva revolucionária gramsciana ganha ressonância, onde todos (as) somos convidados (as) a *fazer política*, com base em nossa experiência

⁷ Gramsci chama de *transformismo* o processo de cooptação da oposição dentro dos limites da ideologia dominante. Podemos inferir que nesse sentido, a política do PT na gestão do Governo Lula foi acometida dessa maléfica doença, uma vez que embrenhou no seio da política que tanto criticava.



individual e coletiva. Para este marxista autodidata que compreendeu o mundo “fora dele”⁸ e que propõe um “movimento revolucionário sem revolução”, pois sem uso da força armada, a máxima marxiana de que o sujeito pode, mesmo que em condições adversas à sua vontade, intervir na história, é a chave de sua teoria revolucionária.

A estratégia gramsciana é a *guerra de posição*, na qual “a ideia de que a conquista do poder de Estado, nas sociedades *complexas* do capitalismo *recente*, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, isto é, no interior do próprio Estado em seu sentido amplo” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2012, p. 135).

A teoria “ampliada” do Estado de Gramsci compreende o Estado não restrito ao aparelho governamental (sociedade política), mas, também, vinculando aos aparelhos “privados” de hegemonia (sociedade civil), sendo esta *locus* privilegiado da conquista da hegemonia. A *guerra de posição* é tida como o único caminho para o sucesso do socialismo nas sociedades ocidentais, deixando explícita “[...] a necessidade de uma mudança da *guerra de movimento*, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a *guerra de posição*, [...] única possível no Ocidente” (GRAMSCI, 2012, p. 265). Na estratégia da *guerra de posição*, Gramsci resgata o conceito de revolução,

[...] sob a forma de um processo de laboriosa gestação e não de um acontecimento único e irreversível, e com um conteúdo de transformação radical, não limitado ao poder político e às relações de produção fundamentais, mas aberto à ruptura de todas e de cada uma das relações marcadas pela opressão e pela desigualdade [...] (CAMPIONE, 2003, p. 54).

Nessa passagem ao socialismo como processo, a luta pela conquista do poder *pela e para* as classes subalternas não se resume a tomá-lo de um só golpe, como na “guerra de movimento”, mas mediante um embate nos campos cultural e ideológico, no seio dos aparelhos privados de hegemonia, nos quais são produzidos os mecanismos legitimadores da classe dominante.

Pensar num movimento anticapitalista protagonizada pelos “descontentes e alienados”⁹ (HARVEY, 2011), ou seja, por todos nós que nos inquietamos com as condições desiguais que ferem a dignidade da pessoa humana, a partir da lógica da *guerra de posição*,

⁸ A maior parte da produção intelectual de Antonio Gramsci foi escrita durante sua vida no cárcere.

⁹ David Harvey (2011) denomina de “descontentes e alienados” todos aqueles que veem nas contradições próprias das relações capitalistas mecanismos de opressão que ferem a dignidade da pessoa humana e que levam à catástrofe da humanidade, ou seja, todas as pessoas que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária, que se indignam com as condições de degradação humana postas pelo injusto sistema de classes.



é atribuir-nos o importante papel de intelectuais orgânicos a serviço da classe subalternizada, travando, cotidianamente, a luta pela conquista da hegemonia no seio dos aparelhos privados de hegemonia, como a escola, a Igreja, as associações, os sindicatos, os espaços midiáticos (como as redes sociais), dentre outros.

Entendendo que o êxito da revolução socialista perpassa tanto pela dominação e controle dos meios de produção, como pela conquista da hegemonia nos campos ético, político e cultural-ideológico, Gramsci reconhece a importância do papel da educação para a construção e consolidação do processo hegemônico da classe trabalhadora. A educação é vista como indissociável das práticas sociais que se querem contra-hegemônicas, pois toda relação de hegemonia está circunscrita no seio de uma relação pedagógica, sendo de vital relevância o papel das diferentes instâncias sociais, identificadas por ele como aparelho privado de hegemonia, de modo particular a escola. Esses aparelhos são criados pelas classes sociais com o objetivo de resguardar seus próprios interesses, daí seu papel crucial na arena de correlação de forças.

É bom frisar que os intelectuais orgânicos não se constituem em classe propriamente dita, vinculados às diferentes classes; daí seu caráter “orgânico”, de maneira a representar tanto a classe detentora do poder como a classe destituída dos meios de produção.

Assim sendo, cabe-nos o papel de intelectuais orgânicos a serviço da classe trabalhadora, atuando, dentro das condições postas pelas condições reais de existência, num constante *fazer política*, imbuídos da máxima gramsciana: “*pessimismo da inteligência, otimismo da vontade*, que nos incita a uma atitude revolucionária sensata, no campo do historicamente possível. Isto porque “o capitalismo nunca vai cair por si próprio. Terá de ser empurrado. A acumulação do capital nunca vai cessar. Terá de ser interrompida. A classe capitalista nunca vai entregar voluntariamente seu poder. Terá de ser despossuída” (HARVEY, 2011, p. 209).

3 CONCLUSÃO

No contexto atual, em que o neoliberalismo é a forma de existência do capitalismo, com características que agudizam os problemas postos pelo antagonismo de classes próprios da relação capital-trabalho no bojo das sociedades capitalistas, a teoria revolucionária de Antonio Gramsci tem muito a oferecer aos intelectuais que comungam do



desejo de ver florescer o projeto socialista capaz de promover a superação do injusto sistema de classes.

A concepção de educação gramsciana encontra pertinência como estrutura contra-hegemônica na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, a qual é marcada por uma aguda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político (MÉSZÁROS, 2009). Nesse cenário, urge a prática de uma “educação para além do capital”; uma educação que promova a consciência de classe e possibilite à classe trabalhadora construir e disseminar os valores que a legitimem como classe hegemônica. Recorro novamente a Harvey (2011, p. 201) para ratificar que “transformações revolucionárias não podem ser realizadas sem no mínimo a mudança de nossas ideias, o abandono de nossas crenças mais caras e preconceitos, [...]”. A pergunta que se faz é: como me encontro situado (a) nesse grande emaranhado de contradições? De que lado estou, de qual lado quero ficar? As crises capitalistas não cessarão, mas se intensificarão; atitudes contra-hegemônicas precisam ter realizadas com consciência e persistência. Aqui, a meu ver, reside uma das questões-chave para o enfrentamento do processo de degradação da pessoa humana.

O legado teórico-metodológico gramsciano permite-nos desvelar as contradições próprias das relações sociais postos pelo modo de produção capitalista, convocando-nos para a militância política, no *fazer política* enquanto intelectual orgânico a serviço do projeto socialista. Nosso lugar na arena política precisa ser ocupado, posicionando-nos no campo do embate das relações de forças antagônicas, no sentido da “guerra de posição”, lutando pela conquista da emancipação humana, num contexto no qual o capital se mostra a cada dia mais desumanizador e autodestrutivo.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah (1979). **As origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. V.3. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.



GILL, Stephen. **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. São Paulo: BoiTempo, 2011.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: BoiTempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Editora BoiTempo, 2009.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente da intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. et al. **O público não-estatal na reforma do Estado**. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Cortez, 1991.